

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

RAFAELA GRACCI CECCHI

**A VOZ INDÍGENA NA LITERATURA INFANTIL: UMA ANÁLISE DA
OBRA DE DANIEL MUNDURUKU E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A
EDUCAÇÃO**

Uberlândia, MG
2024

RAFAELA GRACCI CECCHI

**A VOZ INDÍGENA NA LITERATURA INFANTIL: UMA ANÁLISE DA
OBRA DE DANIEL MUNDURUKU E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A
EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade
Federal de Uberlândia como requisito parcial
para obtenção do título de Graduado em
História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl

Uberlândia, MG
2024

RAFAELA GRACCI CECCHI

**A VOZ INDÍGENA NA LITERATURA INFANTIL: UMA ANÁLISE DA
OBRA DE DANIEL MUNDURUKU E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A
EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade
Federal de Uberlândia como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel e licenciado
em História, sob orientação de Prof. Dr.
Marcelo Lapuente Mahl.

Uberlândia, 18 de novembro de 2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Ivan Marcos Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu
Universidade Federal de Uberlândia

“Ser capaz de recomeçar sempre, de fazer, de reconstruir,
de não se entregar, de recusar burocratizar-se mentalmente,
de entender e de viver como processo, como vir a ser...”

- Paulo Freire

Resumo

Esta monografia investiga as contribuições da literatura infantil indígena para uma educação decolonial, em que valoriza a diversidade cultural e promove a representatividade autêntica dos povos originários no ambiente educacional, tendo como objeto de análise as obras *Coisa de Índio – Versão Infantil* e *Um Dia na Aldeia: Uma História Munduruku*, de Daniel Munduruku. O estudo examina como a literatura infantil indígena pode desconstruir estereótipos, estimular a empatia e ajudar na formação do senso crítico de crianças e jovens. Somado a isso, discute a relevância da literatura como ferramenta de resistência, demonstrando como as narrativas de Munduruku demonstram as cosmovisões indígenas e convidam os leitores a refletir sobre temas como identidade, pertencimento e respeito pela natureza. Conclui-se que a literatura, quando apropriada pelos indígenas, torna-se um megafone de suas reivindicações por protagonismos de suas histórias e a busca por direitos. Além de contribuir imensamente na formação de leitores mais conscientes, críticos e combater o preconceito.

Palavras chaves: Literatura infantil, temática indígena, educação decolonial, Daniel Munduruku.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Capa do Livro Fábulas de Esopo.....	14
Figura 2 Capa do livro Iracema	21
Figura 3 Daniel Munduruku.....	26
Figura 4 Capa do livro História de Índio	27
Figura 5 - Capa do livro Puratig: o remo sagrado (2001)	28
Figura 6 - Verá, o contador de história (2003).....	28
Figura 7- Capa do livro Irakisu: o menino criador (2002).....	28
Figura 8 - Capa do livro As serpentes que roubaram a noite e outros mitos (2001)	28
Figura 9 Capa do livro Coisa de Índio - Versão Infantil.....	32
Figura 10 Mapa da distribuição dos povos indígenas	33
Figura 11 Casa Marubo.....	34
Figura 12 Casa Karajá.....	34
Figura 13 Chocalho.....	35
Figura 14 Casa de farinha	35
Figura 15 Indígena do povo Saterê Mawé	35
Figura 16 Indígena do povo Munduruku	35
Figura 17 Capa do livro Um Dia na Aldeia – Um história munduruku.....	36
Figura 18 Ilustração Mauricio Negro (2012).....	38

Sumário

Introdução	9
1. Revisão da literatura	11
1.1 - A literatura infantil como ferramenta para a promoção da diversidade cultural e o combate ao preconceito.....	11
1.1.1 - O surgimento da literatura infantil	12
1.1.2 - O caminho para a diversidade cultural e o combate ao preconceito	17
1.2 O impacto do racismo científico na literatura infantil.....	19
1.3 – A produção literária indígena no Brasil.	23
2. Daniel Munduruku: Voz e Resistência na Literatura Indígena.....	26
3. Análise das obras “ <i>Coisa de Índio</i> ” e “ <i>Um dia na aldeia</i> ”.	31
3.1 – Livro “ <i>Coisa de Índio - Versão Infantil</i> ”.....	31
3.1.1 - A construção do livro	33
3.2 - Livro “ <i>Um dia na aldeia: Uma história Munduruku</i> ”	35
3.2.1 - A construção do livro	38
3.3 - Livros em sala de aula.....	39
Considerações finais	41
Referências.....	42
Anexos	44

Introdução

A literatura infantil desempenha um papel fundamental na formação de identidades e na construção do imaginário cultural de crianças e jovens. No contexto brasileiro, onde a pluralidade cultural é uma característica marcante, a representatividade nas narrativas infanto-juvenis torna-se essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e consciente. A literatura indígena, particularmente, surge como uma importante ferramenta de resistência e valorização das culturas originárias, oferecendo uma visão mais real e plural sobre os povos indígenas e sua contribuição histórica e cultural.

Minha escolha por analisar a obra de Daniel Munduruku, um dos maiores expoentes da literatura indígena contemporânea, foi motivada por um contexto social específico e experiências acadêmicas que me permitiram aprofundar o conhecimento sobre o tema. Em meio à grave crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, o mundo enfrentava um momento de grande fragilidade, e os povos indígenas estavam entre os grupos com maior vulnerabilidade social, tendo seus direitos básicos negados como: o acesso à saúde, educação, segurança alimentar e a intensificação das invasões de terras indígenas por garimpeiros, madeireiros e grileiros, como aponta o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020*. Esse cenário evidenciou ainda mais as vulnerabilidades enfrentadas pelos povos originários, reforçando a importância da visibilidade de suas vozes, histórias e lutas. A literatura, nesse sentido, coloca-se como uma ferramenta potente de conscientização e transformação social, especialmente no espaço educacional.

Além do impacto da pandemia, minha trajetória acadêmica na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), foi decisiva para a escolha deste tema. No início da minha graduação em História, tive a oportunidade de participar do *Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena*, coordenado pelos professores Marcel Mano e Robson Antonio Rodrigues. Durante essa experiência, aprofundi-me em temas relacionados à diversidade cultural indígena, realizei pesquisas de campo e participei de oficinas em escolas, nas quais trabalhávamos com os alunos a reflexão crítica sobre a importância da valorização das culturas indígenas. Esta vivência acadêmica e prática despertou um interesse ainda maior pela temática em mim, consolidando a decisão de investigar o papel da literatura indígena na educação infantil.

A obra de Daniel Munduruku, em particular, destaca-se pela capacidade de aproximar as crianças de diferentes realidades, oferecendo uma oportunidade de conhecer a riqueza das tradições indígenas e de refletir sobre questões como: identidade, diversidade, respeito às culturas originárias e possibilitar a inclusão de outras filosofias. Ao escrever sobre histórias, mitos, lendas e a vida cotidiana dos povos indígenas, Munduruku promove uma representação mais autêntica e significativa, desconstruindo estereótipos e preconceitos historicamente enraizados na sociedade brasileira.

O objetivo principal da monografia é analisar as contribuições da obra de Daniel Munduruku para a literatura infantil e para a educação. Para tanto, dois de seus livros foram selecionados para a análise: "Coisa de índio – Versão Infantil" e "Um Dia na Aldeia: uma História Munduruku", obras que ilustram a cosmovisão indígena e promovem uma reflexão profunda sobre a representatividade e a preservação cultural. Especificamente, esta pesquisa buscará: (1) investigar os temas e perspectivas presentes nos livros selecionados; (2) analisar o impacto da obra de Munduruku na promoção da representatividade indígena na literatura infantil; e (3) explorar a importância da aplicação dos livros em contextos escolares.

Dessa forma, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. Após a introdução, o primeiro capítulo apresenta uma revisão de literatura, discutindo a produção literária no Brasil, suas características e desafios, além de abordar a importância da representatividade indígena na formação de leitores críticos. No segundo, serão descritos os métodos de pesquisa utilizados, com ênfase na abordagem qualitativa e na análise de conteúdo das obras selecionadas. O terceiro, apresenta a análise das obras de Daniel Munduruku, explorando seus principais temas e recursos narrativos, bem como suas contribuições para a educação. Por fim, as considerações finais trarão uma reflexão sobre os principais resultados da pesquisa e suas implicações para o campo educacional.

1. Revisão da literatura

“A literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização...”

- Nelly Novaes Coelho

Literatura Infantil: Teoria, Análise e Didática (2000)

1.1 - A literatura infantil como ferramenta para a promoção da diversidade cultural e o combate ao preconceito.

A literatura infantil desempenha um papel fundamental na formação de valores, consciência crítica, construção de identidades e na promoção da diversidade cultural desde os primeiros anos de vida. A pesquisadora Nelly Novaes Coelho inicia seu livro *Literatura Infantil: Teoria, Análise e Didática*, refletindo sobre as grandes transformações culturais que estão ocorrendo, principalmente nos Estados Unidos, Europa e Japão na década de 1980, o pós-modernismo, iniciando-se a Era da Informática. Coelho afirma a urgência de estudar sobre a Educação e o Ensino, visto que, tais áreas que serão inseridas os novos princípios ordenadores da sociedade. Então, os livros, a palavra escrita e a literatura, em especial a infantil, “tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação” (COELHO, 2000, p.15), ajudando na construção da consciência de mundo, ao proporcionar contato com diferentes culturas e realidades. A literatura possibilita que as crianças conheçam vozes historicamente silenciadas e desenvolvam uma percepção mais ampla e crítica do mundo ao seu redor.

Nesse contexto, a literatura infantil pode ser uma ferramenta pedagógica essencial não apenas para o combate ao preconceito, uma vez que permite que as crianças entrem em contato com narrativas que valorizam a pluralidade cultural e questionam os estereótipos, mas também para pensarmos possibilidades de outros futuros, com menos desigualdades sociais e mais consciente do impacto que é estar no mundo.

Maria Amélia Dalvi (2020) defende que a literatura é um direito humano e um fator obrigatório no processo que nos torna plenamente humanos, em termos de cultura, valores, linguagem e convivência social, pois é através dela que adquirimos não apenas o conhecimento sobre o mundo, mas também a capacidade de refletir sobre nossas experiências, desenvolver empatia e nos reconhecer enquanto sujeitos históricos e culturais, capazes de intervir nos

conflitos e transformar a realidade ao nosso redor. Para Coelho, a literatura é uma arte, que conecta a consciência do *eu + o outro + mundo*, define a nossa especificidade enquanto espécie racional, pois, a matéria chave da literatura é palavra, mostrando nossa capacidade de formular pensamentos, ideias e exercer a imaginação (COELHO, 2000, p.10).

1.1.1 - O surgimento da literatura infantil

É pertinente refletirmos brevemente sobre o desenvolvimento da literatura. Sabemos que ela sempre fez parte da história da humanidade e de suas diversas culturas. A formação da mesma no mundo remonta às tradições orais, em que contos e lendas eram transmitidos de geração em geração, desempenhando um papel crucial na educação moral e cultural das pessoas, além do seu aspecto lúdico e de entretenimento. Coelho oferece uma definição mais precisa do conceito de Literatura:

Literatura é arte, é um ato criador que por meio da palavra cria um universo autônomo onde os seres, as coisas, os fatos, o tempo e o espaço, assemelham-se aos que podemos reconhecer no mundo real que nos cerca, mas que ali - transformados em linguagem – assumem uma dimensão diferente: pertencem ao universo de ficção. (1980, p.23)

Na contemporaneidade, a literatura infantil é vista como uma aliada na promoção da diversidade cultural e na formação de uma consciência crítica. Suas origens estão enraizadas em um contexto de controle social, assim como transmissão de valores burgueses.

O ponto de virada para o surgimento de uma literatura voltada especificamente para o público infantil, ocorreu justamente com a ascensão da burguesia no século XVII. Nesse período, a literatura foi usada como uma ferramenta para influenciar a mentalidade das crianças de acordo com os interesses dessa nova elite, o que marcou uma reorganização profunda das estruturas sociais, econômicas e culturais que resultaram em uma nova organização da sociedade e da família (NASCIMENTO DE SOUZA, 2007, p.153). No século XVIII, consolidou-se o reconhecimento da infância como uma fase distinta da vida adulta, algo que até então não tinha a devida visibilidade. Antes disso, as crianças eram inseridas no cotidiano sem uma diferenciação clara em relação aos adultos, segundo Daniele Aguiar, “o período da infância era curto [...] Assim que a criança conseguisse a independência física, iniciava-se a sua missão de atuar no mundo adulto” (2022, p.14).

A consolidação da burguesia como classe dominante trouxe consigo uma reorganização das instituições sociais, com a escola assumindo um papel central na formação das crianças

para atender aos interesses dessa nova elite. Regina Zilberman (2003) ressalta que foi a classe burguesa a responsável por patrocinar a expansão do sistema escolar nos séculos XVIII e XIX, tendo o objetivo de garantir a transmissão de seus valores e a manutenção de seu poder político e econômico. No entanto, esse processo não foi neutro nem igualitário: a educação era um mecanismo de controle, destinado a moldar a mentalidade das crianças de acordo com os ideais burgueses. Enquanto as crianças da burguesia eram preparadas para as futuras atividades de comando, os filhos dos proletários eram disciplinados para se tornarem mão-de-obra, reforçando a estratificação social (NASCIMENTO DE SOUZA, 2007, p.154).

A literatura infantil, especialmente as fábulas moralizantes, foram conteúdo obrigatório nas escolas primárias por tal motivo. Até então, a literatura predominante era a popular, originalmente voltada para o público adulto. Todavia, com as mudanças nos paradigmas da sociedade burguesa, surgiu a necessidade de criar uma ferramenta que difundisse os valores e solidificasse o poder político conquistado. Dado que literatura popular já apresentava elementos como o *pensamento mágico* e o *maravilhoso*, mitos, lendas e contos de fadas, foram sendo gradualmente adaptadas para o público infantil (COELHO, 2000, p.44). Tais aspectos, com seu forte apelo visual e sua capacidade de aproximar a fantasia da realidade, concretizavam o abstrato, encantavam as crianças, ao mesmo tempo que transmitiam mensagens e valores morais por meio da exemplaridade. Conforme abordam Rangel e Sendra (2017, p. 20), “a preocupação com a formação ideológica do ser humano gerou a necessidade de manipulação da educação. Com a Revolução Industrial, ‘a arte de pensar’ tornou-se ainda mais vigiada pelos líderes econômicos”. Deste modo, a educação formal tem um papel relevante na formação das sociedades e no contexto do capitalismo emergente, insere valores como fetichismo, o individualismo (na divisão do trabalho) e a alienação (MARX, 2008), com o intuito de desenvolver e fortalecer o sistema econômico.

Podemos ver os valores refletidos nas fábulas de Esopo, como em *Os Filhos do Lavrador*¹, cuja moral é: 'o maior tesouro que um homem pode receber é o fruto do seu próprio trabalho'; em *A Gansa dos Ovos de Ouro*, que ensina que 'a ambição sem paciência pode levar à ruína'; e em *Os Lobos e as Ovelhas*, onde 'as nações que traem seus líderes são derrotadas pelos inimigos'. Essas lições de moral reforçam determinados princípios que estão alinhados

¹ Fábulas foram selecionadas do livro Fábulas de Esopo, disponível: <https://colegiocngparanagua.com.br/wp-content/uploads/2021/02/FABULAS-DE-ESOPO.pdf>

aos valores do sistema capitalista, pois incentivam o esforço individual, a valorização do trabalho, advertem sobre a ambição desmedida, além da obediência que a classe trabalhadora tem que ter, promovendo a estabilidade hierárquica para evitar a fragmentação social.



Figura 1 Capa do Livro Fábulas de Esopo

Fonte: Editora COC by Pearson

Já no Brasil, a chegada da literatura infantil se deu principalmente durante o século XIX, quando a família real portuguesa veio ao país e com ela, trouxe um projeto de modernização para a colônia, o que envolvia reestruturar a capital do Brasil, na época, Rio de Janeiro, e culturalmente, formar uma identidade nacional. Isso perpassou pela criação, em 1838, do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - que dois anos depois, criou um concurso literário com o intuito de escrever oficialmente a História Geral do Brasil, que buscava preencher as lacunas, colocar o Brasil na marcha do progresso e ser considerado uma nação civilizada, como resultado do concurso, o ganhador foi o naturalista alemão Karl Philip Von Martius, com o texto “Como se deve escrever a História do Brasil”.

Assim, Von Martius pautou a teoria da mescla das três raças, onde o Brasil seria fruto da miscigenação entre os brancos europeus, indígenas, africanos e seus descendentes.

Disso necessariamente se segue que o português que, como descobridor, conquistador e senhor, deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente, que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os princípios da historiografia pragmática se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. (...) O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica. (p.188-189).

A partir deste momento, a literatura ganhou um novo foco no Brasil, sendo utilizada para transmitir determinadas mensagens de valores que eram do interesse das elites brasileiras. O intuito era formar uma unidade nacional, pois ainda não existia o conceito de povo brasileiro, algo que foi sendo moldado com o tempo de acordo com as ideias que mais favoreciam as classes dominantes. A influência sobre as massas permitia que a elite pudesse manipular medidas que as favorecessem, em detrimento da população. Por isso, a expansão da educação formal e a alfabetização foram tão importantes.

Dessa maneira, os primeiros jornais começaram a surgir na capital, Rio de Janeiro, no início do século XIX, eram escritos por pessoas que ocupavam cargos públicos ou estavam ligadas a quem os ocupavam, com o objetivo de serem “jornais da conciliação, da ordem, amigos do rei e da nação, jornais bem comportados, que se propunham a educar o povo para o futuro” (LUSTOSA, 2006, p.246). Além dos jornais, inaugurou-se no Brasil outro gênero literário que rapidamente ganhou apelo popular: o romance romântico, de linguagem folhetinesca.

Já sobre a literatura feita especificamente para crianças Aguiar pontua que a:

“história da literatura infantil brasileira começou a se desenvolver na passagem do século XIX para o XX, no contexto da Primeira República. Para o novo regime político, a modernização social do país aconteceria por meio da educação. Trata-se, nesse momento, de criar uma literatura ancorada com valores civis e republicanos, pondo em prática a formação de cidadãos. Assim, as crianças são vistas como o futuro da nação e, os livros infantis e os escolares passam a atender as demandas desse novo status de infância.” (2022, p.18)

A partir do século XX, com o crescimento do sistema educacional brasileiro e a expansão do mercado editorial, a literatura infantil passou a ganhar mais espaço. Um dos autores que marcou essa etapa foi Monteiro Lobato², sendo considerado um divisor de águas em termos do que era a produção literária voltada para o público infanto-juvenil.

Em 1920, o escritor publica o livro *A menina do narizinho arrebitado*³. A partir de então, começa a investir progressivamente na literatura para crianças, fundando editoras, tais como Monteiro Lobato e Cia., posteriormente a Companhia Editora Nacional e a Brasiliense,

² Não cabe a esta monografia aprofundar acerca dos detalhes e discussões sobre o autor e suas obras, mas sim mencionar brevemente sua contribuição no cenário da literatura infantil neste momento histórico. Cabe salientar que as produções literárias desta época estavam inseridas em um meio social racista, onde as pessoas reproduziam preconceitos.

³ Este livro foi adotado nas escolas primárias do Estado de São Paulo como livro de leitura.

publicando os próprios livros (LAJOLO; ZILBERMAN, p.44). Suas histórias eram repletas de fantasia, situações familiares que se distanciavam das lições de morais escancaradas e aproximavam os jovens leitores cada vez mais das obras de Lobato.

A consolidação da classe média, o avanço da industrialização, o incentivo a alfabetização e a escolarização fez com que houvesse um aumento do número de consumidores, tornando tal literatura mais disseminada na sociedade (LAJOLO; ZILBERMAN, p.45).

Deste modo, a literatura infantil brasileira desenvolveu-se ao longo do século XX. Surgiram novos escritores na cena, entretanto, o que predominava quando se tratava sobre os personagens de origem indígenas era uma visão muito arraigada na colonialidade, em que continuavam carregando uma série de estereótipos. Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2007) refletem sobre como os povos tradicionais eram representados de forma oscilante:

Em geral, [o índio] desempenha a função de antagonista, encarnando alguns dos perigos com que se depara o herói. Trata-se do obstáculo a ser removido, junto com a floresta e os animais selvagens; faz parte da paisagem a ser submetida, o que não o torna bom, nem mau, apenas indesejável. Em outros casos, ele é efetivamente mau. Não por aderir ao colonizador branco e por patrocinar rituais bárbaros, como a antropofagia. Mais comum é a representação dos brancos como vítimas de um conflito entre tribos inimigas, o que inverte os papéis, convertendo a invasão dos colonizadores ao território indígena numa tarefa saneadora, que soluciona antigas rivalidades. Mas o índio pode ser também o auxiliar do aventureiro branco, ajudando, com grande lealdade, e atingir seus objetivos. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 104)

Como podemos ver, Lajolo e Zilberman analisam três representações em que os povos indígenas apareciam na literatura, seja como parte da natureza que tem que ser removida, seja como inimigo que capturou ‘vítimas’ ou aliados quando era pertinente, os nativos sempre apareciam sob a ótica do colonizador.

A partir da segunda metade do século XX, essa perspectiva começa a se transformar, com o surgimento de novos escritores e escritoras como Eva Furnari, Ana Maria Machado, Pedro Bandeira, Sylvia Orthof, Ziraldo, entre outros. Movimentos sociais, em especial o Movimento Indígena, como veremos mais adiante, organizam-se e ganham força, trazendo à tona, pautas raciais e sociais, que acabam refletindo na literatura.

Desde os tempos coloniais até hoje, a literatura infantil não apenas reflete, mas também molda as percepções que as crianças desenvolvem sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor. Segundo Coelho (2000), "a verdadeira evolução de um povo se faz ao *nível da mente*, ao nível da consciência de mundo que cada um vai assimilando desde a infância".

1.1.2 - O caminho para a diversidade cultural e o combate ao preconceito

Com o passar do tempo, os grupos historicamente marginalizados começaram a se apropriar de ferramentas e instituições que haviam sido criadas para servir aos interesses das classes dominantes. Um exemplo claro, é a apropriação da educação escolar formal por parte dos povos indígenas, como apontam os pesquisadores Leno Francisco Danner, Fernando Danner e a pesquisadora indígena Julie Dorrico,

“os povos indígenas apropriaram-se gradativamente, a partir da segunda metade do século XX em diante, da educação escolar formal, de seus valores políticos-culturais, de seus instrumentos epistemológicos e de suas ferramentas midiático-digitais para organizar-se enquanto Movimento Indígena atuante politicamente, de modo direto e sem mediações institucionalistas, cientificistas e tecnicistas, na esfera pública democrática, como sujeito político-cultural autônomo” (DANNER , DANNER, DORRICO, 2021, p.232).

Apropriar-se da educação escolar formal foi uma forma de resistência, posto que a escola se tornou obrigatória para a população indígena.

Para justificar a dominação e a escravização das populações originárias, os povos europeus impuseram um sistema de pensamento eurocêntrico, o colonialismo, que inviabilizava os diversos modos de vidas, que teve um impacto devastador sentido até os dias de hoje. Nessa perspectiva, o colonialismo moldou regimes de poder com regras explícitas e implícitas, de acordo com a indígena neozelandesa Linda Tuhiwai Smith. Para as regras implícitas funcionarem, os europeus optaram por questionar a humanidade dos povos indígenas, assim desumanizando-os parcial ou completa, permitindo que houvesse um distanciamento e fosse institucionalizada justificativas para as várias formas de extermínio e domesticação (2018, p. 39).

Assim, a educação teve, e ainda tem, papel crucial na implementação de projetos políticos, seja na instauração do colonialismo, seja na construção do discurso nacionalista. De acordo com o antropólogo indígena Gersen José dos Santos Luciano, do povo Baniwa, o modelo de escolas trazidas pelos portugueses causava uma estranheza quando era inserido no contexto indígena, provocando inúmeras reações de resistências. Em decorrência disso, os portugueses implantaram as escolas-internatos com o intuito de isolar, principalmente crianças e jovens, de suas comunidades para que assim, esquecessem suas tradições, costumes, além de assimilassem as normas ocidentais dos dominadores. Somado as escolas-internatos, a educação indígena estava completamente atrelada à catequese, o qual o objetivo central era ‘civilizar’ e integrar o indivíduo ao mundo colonial.

Até a década de 1960, as escolas que eram voltadas para as comunidades nativas guardavam muito desses princípios, baseando-se em uma visão etnocêntrica, integracionista, autoritária e assimilacionista. A partir de 1970, os movimentos indígenas cresceram e ganharam espaço no debate político, suscitando discussões em torno de diversas questões indispensáveis para o bem-estar e preservação dos povos originários, bem como a autodeterminação, demarcação de territórios, direito à saúde e educação, dentre outros.

Com a nova constituição de 1988, veio a conquista de muitos direitos fundamentais básicos assegurados por lei, colocando fim a concepção que o sujeito indígena era ‘incapaz’, que era dever do Estado o tutelar, assim reafirmando seu direito à cidadania plena.

A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida destaca que os povos indígenas de toda América Latina sempre foram agentes históricos que tiveram participação política ativa, rearticulando-se conforme o cenário e apropriando-se das instituições dos Estados Nacionais para garantir seus interesses.

bell hooks⁴, no livro *Ensino a transgredir: A educação como prática da libertação*, reflete, com base no verso do poema *The Burning of Paper Instead of Children*, de Adrienne Rich — "Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você" — sobre o vínculo entre a língua e a dominação. Para hooks, a língua do opressor é tanto uma arma de controle usada para silenciar sujeitos e apagar identidades, quanto uma ferramenta que o sujeito pode se apropriar e transformá-la. A língua, que inicialmente simboliza a conquista e a imposição colonial, passa a ser um instrumento de resistência e reinvenção.

No Brasil, a imposição do português como língua oficial resultou em violência simbólica, à medida que se proibia que diversos povos mantivessem suas tradições linguísticas. Com o tempo, os povos indígenas foram se apropriando da língua portuguesa e encontram maneiras de contar sua própria história, seja por meio da oralidade, seja pela escrita. Ao expressar sua própria visão de mundo, lutar por suas identidades e direitos, os indígenas desafiam as fronteiras impostas pela colonização. É fundamental, contudo, respeitar o direito à diferença, garantindo que o ensino nas escolas indígenas ocorra também nas línguas maternas⁵,

⁴ Sobre o nome de bell hooks ser aplicado em letra minúscula: essa prática surge a partir de uma postura da própria autora que criou esse nome em homenagem à sua avó e o emprega em letra minúscula como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa. O presente texto respeita a escolha da autora.

⁵ Hoje existem mais de 160 línguas e dialetos indígena vigentes no Brasil. O direito a educação bilíngue é um direito que tem que ser respeitado nas escolas indígenas. <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>

conforme previsto na Constituição. Como hooks afirma, a língua é “como o território onde nos transformamos em sujeitos” (HOOKS, 2013, p. 224); apropriar-se da educação formal e manter as práticas culturais específicas é desafiar o imperialismo cultural.

Um exemplo do que foi falado acima é a obra de Davi Kopenawa, em *A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami* (2015), ao dizer: “Gosto de explicar essas coisas para os brancos, para eles poderem saber” (p.63). Organizado pelo antropólogo francês Bruce Albert a partir das falas gravadas de Kopenawa, o livro busca compartilhar as filosofias, modos de vida e perspectivas do povo Yanomami. Ao fazer isso, Kopenawa utiliza a escrita, uma ferramenta historicamente associada ao colonizador, para contar sua própria história e fortalecer as narrativas indígenas na esfera pública.

O caminho para diversidade cultural e o combate do preconceito perpassa conhecermos cada vez mais características e especificidades das diversas culturas indígenas. Daniel Munduruku afirma “só respeita o outro quem conhece o outro”⁶. Dessa forma, a apropriação da escrita para fazer uma literatura engajada é o que abre um diálogo entre as sociedades para nos conhecermos melhor. Esse movimento é parte de uma luta maior pela preservação cultural, pela reapropriação de instrumentos que outrora foram usados para desumanizar e subjugar os povos indígenas, é por sobrevivência.

1.2 O impacto do racismo científico na literatura infantil.

Na seção anterior, foram compreendidos os caminhos que a literatura percorreu até tornar-se voltada especialmente para o público infantil e como ela pode ser uma ferramenta para a promoção da diversidade cultural. Aqui, busca-se explorar como o racismo científico influenciou a produção literária, colaborando para a manutenção de uma estrutura de poder que exclui as narrativas indígenas e afrodescendentes, enquanto também, investiga-se o papel da literatura contemporânea na desconstrução desses preconceitos. Utilizaremos como principais fontes os autores: Luciano Murari (2005); Lilia Moritz Schwarcz (2024); John Monteiro (2001); Marta Amororo e Oscar Sàez (2004).

O racismo científico, amplamente disseminado entre os séculos XIX e XX, teve um papel central na construção de narrativas excludentes e desumanizantes em diversas esferas sociais, incluindo a literatura. No Brasil, esse discurso influenciou profundamente a

⁶ Citação retirada do livro *Coisa de Índio – Versão Infantil*, página 7.

representação das populações indígenas e afrodescendentes, contribuindo para a criação de estereótipos que persistem até os dias atuais. Na literatura infantil, esses preconceitos foram perpetuados por meio de histórias que idealizavam o indígena, em uma dicotomia entre o ‘índio’ ingênuo ou o malvado, apagavam sua diversidade, ao mesmo tempo que reforçavam a ideia de inferioridade racial. Essa visão colonialista não apenas distorceu a realidade dos povos originários, como também criou obstáculos à valorização de suas culturas e saberes dentro do ambiente escolar.

O racismo científico, ou “racialismo”, foi uma corrente pseudocientífica que ganhou força entre o final do século XVIII e meados do século XX. Baseado em teorias que atribuíam características intelectuais, morais e sociais à diferentes raças, essa ideologia procurava justificar a desigualdade racial por meio de argumentos biológicos. Seus pesquisadores apoiavam-se em conceitos como a superioridade de determinadas raças, especialmente a branca, em detrimento de outras, consideradas inferiores.

No Brasil, a teoria da desigualdade racial chegou por volta da segunda metade do século XIX, influenciado por teorias europeias, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo social (MURARI, 2006, p.175). O contexto do país, ainda marcado pela escravidão e pela tentativa de construção de uma identidade nacional, favoreceu a incorporação dessas teorias, que passaram a moldar políticas públicas, práticas sociais e também os âmbitos literários.

A colonização foi essencial nesse processo, pois, como destaca Lilia Moritz Schwarcz:

“antes da chegada das naus coloniais ao 'Novo Mundo', não havia Europa. Muito menos Espanha ou Portugal, e tampouco 'índios', 'negros' ou 'brancos'. Todas essas classificações foram criadas e estabelecidas pelo próprio processo de colonização e de construção de civilização” (2024, p.10).

A criação de categorias raciais serviu para estabelecer uma hierarquia entre civilização e barbárie, com os colonizadores posicionando-se no topo e classificando os povos nativos e africanos como inferiores. Assim, a ideia de raça tornou-se uma das ferramentas mais eficazes para justificar a dominação social, criando um sistema que hierarquizava corpos e culturas.

O projeto colonial de classificação das raças influenciou diretamente a literatura infantil, que passou a ser utilizada como uma ferramenta para propagar os conceitos defendidos. As histórias retratavam indígenas e negros de maneira estereotipada e desumanizante, reforçando a narrativa de inferioridade racial e cultural.

A obra *Iracema*, de José Martiniano de Alencar, publicada em 1865, é um grande nome que reflete o pensamento racista que ajudou a construir e consolidar o imaginário social em torno dos povos indígenas.

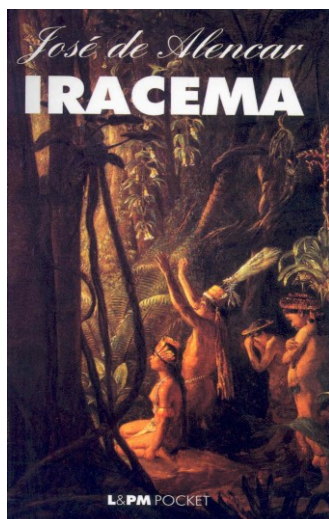


Figura 2 Capa do livro *Iracema*

Fonte: Editora L&PM

José de Alencar, indianista, escritor e político brasileiro, foi responsável por escrever diversas obras as quais procuravam construir um “sentimento nacional”, em que eram estabelecidas a verdadeira nação, pautadas nas tradições, costumes indígenas e portugueses, em que os elementos vão se conciliando e evoluindo até chegarem na civilização americana, ou seja, a combinação de diferentes culturas que formavam o Brasil (AMOROSO, SÀEZ, 2004).

Em *Iracema* (1865), cuja o nome é um anagrama da palavra América, Alencar constrói uma narrativa que reforça o mito da mestiçagem como algo positivo, porém sempre colocando a cultura europeia como superior. De forma que Iracema, “virgem dos lábios de mel”, uma jovem indígena da etnia Tabajaras, se apaixona pelo colonizador português, Martim, simbolizando a união entre as duas culturas. Iracema demonstra obediência, respeito e subordinação, quando afirma “tudo sofre por seu guerreiro e senhor” (ALENCAR, 1991, p. 59). No entanto, a narrativa idealiza e romantiza os indígenas, ignorando suas lutas e a pluralidade cultural, representando-os como elementos da natureza (FERNANDES; ALVES; AZEVEDO, 2016), puros e submissos, reforçando a ideia que os povos originários tinham que ser integrados na sociedade em prol do “progresso”.

Outro ponto do livro que fica evidente a imposição cultural é o batismo de Poti, indígena da etnia Potiguara. Ele rejeita suas tradições e se converte à fé cristã para continuar próximo de seu amigo Martim:

“Poti foi o primeiro que ajoelhou aos pés do sagrado lenho; não sofria ele que nada mais o separasse de seu irmão branco; por isso quis tivessem ambos um só deus, como tinham um só coração. Ele recebeu com o batismo o nome do santo, cujo era o dia; e o do rei, a quem ia servir, e sobre os dois o seu, na língua dos novos irmãos. Sua fama cresceu, e ainda hoje é o orgulho da terra, onde ele viu a luz primeiro.” (ALENCAR, 1991, p.87)

Segundo Monteiro (2001), as concepções científicas que entravam no Brasil a partir de 1870, traziam uma tendência ao pessimismo com relação aos grupos indígenas. Sendo assim, existia um consenso entre os intelectuais sobre um modelo de “padrão evolutivo”, no qual os indígenas “remanescentes” compunham um grupo que possuíam um determinado gene que os levaria inevitavelmente à extinção.

Assim, *Iracema* retrata as populações indígenas como inferiores e condenadas à integração. A obra contribuiu para o reforço de estereótipos e mitos que influenciaram diretamente a literatura infantil, algo que perpetuou a desumanização, a marginalização das culturas e populações tradicionais.

A nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie, em *O Perigo de Uma História Única*, reflete sobre como as histórias contadas são muitas vezes frutos de uma simplificação, que reforça estereótipos, reduz e silencia narrativas, apagando as identidades destoantes da hegemônica. No contexto da exclusão das vozes indígenas, isso se manifesta claramente em preconceitos e estereótipos sobre a cultura e a história indígena, como fala Graça Graúna, são “a ponta do iceberg”.

Adichie argumenta que “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.” (Adichie, 2019, p.12). Quando as histórias indígenas são contadas apenas através da ótica da dominação colonial, perdem a essência, a autenticidade cultural e diversa. Essa é uma dinâmica que ecoa fortemente na produção literária no Brasil, onde por muito tempo, nas histórias, os personagens étnicos apareciam submetidos ao poder colonial, descaracterizando suas identidades e sempre colocados como inferiores. Dessa forma, gerações cresceram sem ter contato com representações autênticas e diversas dos povos indígenas, consolidando a “história única” de que fala Adichie.

No entanto, a nigeriana também nos mostra o poder que as histórias contadas pelas vozes marginalizadas têm de romper as barreiras da “história única”, posto que:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p. 16).

1.3 – A produção literária indígena no Brasil.

Após feito o panorama sobre o surgimento da literatura voltada para o público infantil e como as correntes científicas influenciaram na consolidação do pensamento racista, vivemos um novo período na produção estético literária, principalmente quando falamos sobre o protagonismo indígena. Neste sentido, a produção de literatura criada por autores indígenas cresceu significativamente a partir da década de 1990. O que desempenha um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e valorização das culturas indígenas, que por séculos, foram marginalizadas e silenciadas pelas narrativas coloniais e eurocêtricas. Escritores dos povos originários como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Ailton Krenak, Olívio Jekupé, Graça Graúna, Kaká Werá, Cristino Wapichana, Davi Kopenawa e tantos outros, têm se destacado ao trazerem para o centro do debate literário as questões de identidade, resistência, proteção do meio ambiente, além da importância da preservação e valorização das tradições culturais.

Segundo Daniel Munduruku, em seu livro *O Caráter Educativo do Movimento Indígena (1970-1990)*, aconteceu o crescimento da produção literária destacada por conta da estruturação do movimento indígena, principalmente nos anos de 1980. Neste período, os movimentos político-sociais desenvolveram-se com uma intensa participação popular com a incorporação dos povos indígenas. Foi a partir disto, que se criou uma consciência “pan-indígena”, na qual foi percebida que os problemas existentes naquele momento, não eram individuais ou restritos a uma determinada etnia, mas sim coletivos, unificando-se para gerar ações concretas em prol de seus direitos.

Somado a isso, a partir da organização do movimento indígena, a apropriação da educação escolar formal pautou-se como ferramenta para emancipação social e conquista da cidadania política. Segundo o escritor indígena da etnia Macuxi, Ely Ribeiro de Souza:

“A escrita tem se mostrado de grande utilidade nos contextos indígenas, uma ferramenta que deixou de ser um instrumento de dominação e controle e que hoje é instrumento de afirmação, divulgação e defesa dos povos indígenas - um instrumento de divulgação das riquezas culturais, das narrativas, dos mitos, das imagens, dos simbolismos que destacam a estética, o belo, os grafismos que orientam nossa condição de povos diferenciados, com línguas e territórios, filosofias e ciência.”. (p.69)

O primeiro livro considerado de autoria indígena foi apenas lançado em 1980, *Antes o Mundo não Existia*, de Umúsin Panlõn e Tolamã Kenhíri. A partir disso, a produção foi crescendo, por exemplo: Eliane Potiguara, que publicou sua primeira obra, *A Terra é a Mãe do Índio*, em 1989, e Daniel Munduruku, que iniciou sua vasta coletânea em 1996 com o livro *História do Índio*. Ambos foram marcos na história da produção literária indígena.

Na contemporaneidade, organizações como o Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (NEARIN), fundado em 2003 e vinculado ao Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI), possui um grande papel na formação, capacitação e qualificação de indígenas para atuarem profissionalmente na produção literária, além da elaboração de materiais didáticos e promoção de debates e oficinas sobre autoria e temas centrais para a literatura indígena.

Com o avanço do debate sobre questões raciais no Brasil, foi sancionada a Lei 10.639/2003, tornando obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, visando combater o racismo ao valorizar a diversidade cultural do Brasil. Entretanto, ainda não abarcava a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena. Assim, depois de muita resistência a lei foi alterada, passando a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, através da Lei 11.645/2008. Alteração foi muito importante ao reforçar a importância de uma educação que promova o respeito e a valorização das contribuições dos povos indígenas e afro-brasileiros.

Após 16 anos da reformulação desta lei, sabemos que as iniciativas para a colocar em vigor não tiveram o peso e a constância que eram necessárias para consolidar uma educação antirracista na prática. Entretanto, em 2015, foi instituído o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) Indígena, uma política pública que tem o intuito de incluir livros de autoria indígena nas bibliotecas escolares. Algo que contribuiu para o estímulo do mercado editorial, o consumo e a recepção crítica dessa literatura. No entanto, ainda são perceptíveis os ataques a tais políticas públicas pelos governos que perpetram cortes nas verbas, influenciando na

distribuição dos livros, fomento aos cursos de licenciatura indígena e as bolsas que viabilizam a formação dos professores indígenas, como cita Dalvi (2020, p.495).

2. Daniel Munduruku: Voz e Resistência na Literatura Indígena.



Figura 3 Daniel Munduruku

Fonte: Site *Lunetas*

Daniel Munduruku é um dos nomes mais importantes da literatura indígena no Brasil, especialmente no gênero infanto-juvenil. Nascido em Belém, no estado do Pará, em 1964, pertence à etnia Munduruku, cujo nome significa "formigas vermelhas". Ele passou a infância na aldeia, vivenciando as tradições e saberes de seu povo, até que, por volta dos 15 anos, decidiu continuar sua formação escolar na cidade. Em sua trajetória percorreu um longo caminho dentro das instituições de ensino, graduou-se em Filosofia, História e Psicologia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), cursou mestrado em Antropologia Social e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), além de realizar um pós-doutorado em Linguística na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Sendo educador e estando em contato com as crianças e jovens, Daniel Munduruku conta que percebeu o poder que os livros têm na educação, não só para ensinar, mas também para contar histórias. Assim, segundo o autor, surge o “Contador de Histórias”, com o objetivo de transmitir um pouco do universo de saber do povo Munduruku, e posteriormente assumir o papel de escritor, foi um dos primeiros a escrever para além do seu povo. Em suas histórias aborda temas fundamentais como: identidade, pertencimento e o valor dos diferentes modos de viver. Suas obras refletem sobre a história e as tradições de seu povo além de questões universais, como paz, memória, resistência e meio ambiente, tornando-se uma voz essencial para o movimento literário indígena.

Munduruku conta que, inicialmente, não se sentia envolvido pelo Movimento Indígena, mas, que um dia, decidiu colocar sua formação acadêmica a serviço do movimento. Nesta época, estava fazendo mestrado em antropologia social pela USP e a pesquisa consistia em estudar o povo Munduruku no contexto social do Alto do Tapajós. Assim ele retorna para seu

povo e em suas aulas na aldeia, percebe que as histórias que contavam não estavam escritas. Deste modo, em 1996, interrompe seu mestrado e publica seu primeiro livro *História de Índio*.

Através da literatura, encontrou uma maneira efetiva de responder aos estereótipos sobre indígenas que ainda perpetuavam na sociedade brasileira, reconhecendo a importância de formar uma nova geração de intelectuais e líderes indígenas.

Em 2000 ajudou a fundar o Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI), um dos principais organizadores do Encontro Nacional de Escritores e Artistas Indígenas. Atualmente, é diretor-presidente do Instituto Uk'a – Casa dos Saberes Indígenas, localizado em Lorena, São Paulo, um espaço dedicado à preservação e promoção das culturas tradicionais. O instituto realiza atividades como publicações de livros, oficinas e cursos, além de organizar eventos que impulsionam o diálogo entre as culturas indígenas e a sociedade em geral.

Em sua carreira, Daniel Munduruku lançou mais de sessenta e cinco livros, recebeu importantes prêmios nacionais e internacionais, como o Prêmio Jabuti, o Prêmio da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio para a Promoção da Tolerância e da Não Violência da UNESCO e a comenda de Personalidade Literária pela OAB/SP. Entre suas obras mais notáveis estão: *Histórias de Índio*, lançado em 1996, e *Coisa de Índio*, vencedor do Jabuti em 2004. Muitos de seus livros receberam selo Altamente Recomendável da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ.

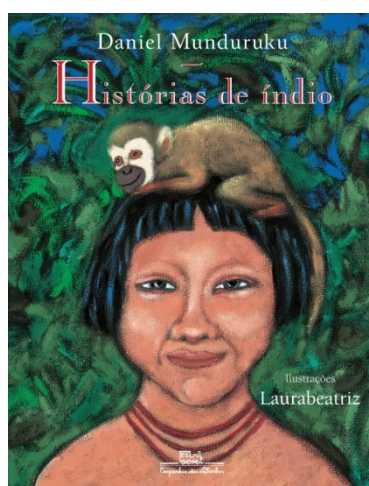


Figura 4 Capa do livro *História de Índio*

Fonte: Editora Companhia das Letrinhas

Além disso, em 2000, Daniel Munduruku coordenou a Coleção Memórias Ancestrais, junto com a editora Peirópolis, a qual foi uma das pioneiras ao reunir obras de diferentes autores indígenas, criando um espaço em que os leitores têm a oportunidade de entrar em contato com sua cosmovisão, seu imaginário, seus modos de vida e seus valores por meio de mitos e lendas, ademais, as ilustrações foram feitas pelas crianças de suas comunidades. Nesta coleção, foram lançados quatro importantes títulos, que são: *As serpentes que roubaram a noite e outros mitos* (2001), de Daniel Munduruku; *Verá, o contador de história* (2003), de Olívio Jekupé, do povo Guarani; *Irakisu: o menino criador* (2002), de Renê Kithãulu, pertencente ao povo Nambikwara e *Puratig: o remo sagrado* (2001), de Yaguarê Yamã, do povo Saterê Mawé e Maraguá.

Figura 6 - Verá, o contador de história (2003)

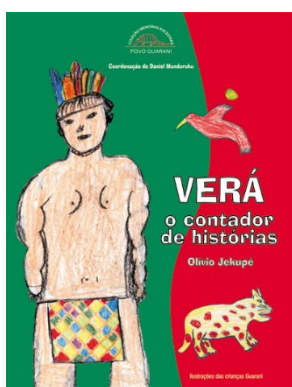


Figura 5 - Capa do livro Puratig: o remo sagrado (2001)

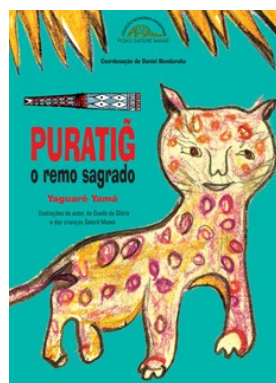


Figura 8 - Capa do livro As serpentes que roubaram a noite e outros mitos (2001)

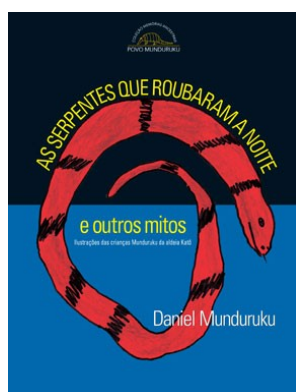
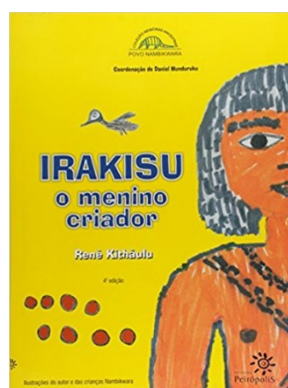


Figura 7- Capa do livro Irakisu: o menino criador (2002)



Entre as obras mais emblemáticas de Daniel Munduruku estão *Catando Piolhos*, *Contando Histórias* (2006), em que são apresentadas oito histórias inspiradas em memórias do cotidiano da infância, refletindo sobre a vida e o mundo. *Kabá Darebũ* (2002), que destaca a

relação com a natureza e os saberes tradicionais. *Meu Vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória* (2001) é uma homenagem íntima às memórias e ensinamentos dos mais velhos, enquanto *O Karaíba: uma história do pré-Brasil* (2010) aborda, de maneira crítica, o início das invasões europeias, trazendo uma reflexão profunda sobre o impacto desse contato. Já em *Crônicas Indígenas para Rir e Refletir na Escola* (2020), traz reflexões sobre o cotidiano indígena, utilizando o humor como ferramenta para desconstruir preconceitos.

Através da literatura, os povos indígenas encontraram um caminho para expressar e afirmar suas identidades, lutando para desconstruir estereótipos e preconceitos frutos da colonialidade e do racismo. A memória dos povos tradicionais reside na oralidade, isto é, por meio dela que os mais velhos transmitem os conhecimentos e saberes para as novas gerações, Munduruku chama isto de “Memória Ancestral” (DORRICO; DANNER; DANNER, 2018, p.82), por mais que muitas etnias sofram constantes ataques, silenciamentos, etnocídios e “epistemocídio” (DORRICO; DANNER; DANNER, 2018, p.203), eles continuam vivos e suas memórias estão em constante movimento, dessa maneira. O indígena afirma que a memória procura dominar novas tecnologias para se manter viva, sendo assim “a escrita é uma técnica. É preciso dominar essa técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena” (DORRICO; DANNER; DANNER, 2018,, p.83).

Por mais que a escrita seja algo relativamente novo para os povos originários, dominar a escrita não destrói e nem inviabiliza a memória, pelo contrário, “reforça e acrescenta ao repertório tradicional outros acontecimentos e fatos que atualizam o pensar ancestral” (DORRICO; DANNER; DANNER, 2018, p.83). Nesse sentido, “pensar a literatura indígena é pensar as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que nega os povos que a afirmam. A escrita indígena é a afirmação da oralidade”. (p.83)

Em suma, o ato de registrar ensinamentos, saberes, tradições é preservar a “literatura memorial e verbalizada” (DORRICO; DANNER; DANNER, 2018, p.43) que os anciãos carregam consigo. É um ato de resistência, à medida que dá voz a outras possibilidades de existir, de identidade, de pertencimento, que não a instituída pelo homem branco. Para Kaká Werá:

“Podemos definir a literatura indígena como instrumento político que aliado ao movimento indígena brasileiro, se constitui e se vincula pública, política e culturalmente como crítica da cultura, descatequização da mente e reorientação do olhar, a partir do próprio protagonismo indígena”.

Daniel Munduruku é muito mais do que um escritor importante na literatura indígena contemporânea, é uma voz essencial que ajuda a valorizar a cultura e a identidade dos povos

originários, abrindo caminho para novas gerações se expressarem. Seus livros não são apenas para entreter, mas também para resistir e reafirmar histórias que muitas vezes foram ignoradas. Ao contar suas próprias experiências e usar sua formação acadêmica, Munduruku transforma a literatura em uma ferramenta poderosa, mostrando para os jovens leitores a riqueza de suas tradições, construindo espaços de reflexão e acolhimento que permitem pensarmos quem somos, qual nosso papel no mundo, como a espiritualidade e ancestralidade estão conectadas com a existência.

3. Análise das obras “*Coisa de Índio*” e “*Um dia na aldeia*”.

Este capítulo tem o objetivo de analisar as obras *Coisa de Índio - Versão Infantil* e *Um Dia na Aldeia: Uma história munduruku*, ambas de Daniel Munduruku, com o intuito de compreender como os livros contribuem para a inserção de debates mais profundos sobre a potência da voz indígena em sala de aula, além de ajudarem a construir uma consciência crítica nos jovens. A análise será dividida em três partes: primeiro, discutirei o conteúdo e os temas centrais de cada obra separadamente; depois, abordarei como as obras foram construídas, incluindo aspectos como linguagem, estrutura narrativa e recursos visuais; e, para finalizar, explorarei como ambos os livros podem ser aplicados no ambiente escolar de modo a promover uma experiência acolhedora e que possibilite aos alunos refletirem sobre a diversidade cultural.

Escolhi as obras *Coisa de Índio - Versão Infantil* e *Um Dia na Aldeia: Uma história munduruku*, por carregarem aspectos que se complementam e ajudam a elucidar de forma clara e objetiva diferentes dados sobre as populações indígenas, além de trazer histórias sobre a vivência que aproxima o leitor do cotidiano dos povos originários. Somado a isso, o livro *Coisa de Índio*, introduz vários temas, como arte, alimentação, educação, direitos, medicina, tradições entre outros, oferecendo ao leitor um pontapé inicial sólido para conhecer os povos indígenas. Já em *Um Dia na Aldeia*, o leitor entra em contato com as vivências do cotidiano de uma aldeia Munduruku ao acompanhar o jovem Manhuari, possibilitando compreender suas relações sociais, o respeito pela natureza e suas práticas culturais.

3.1 – Livro “*Coisa de Índio - Versão Infantil*”

Coisa de Índio - Versão Infantil foi lançada em 2003, porém foi revisado e atualizado em 2019, publicado pela editora Callis, atualmente está na 3ª edição, 6ª reimpressão. O foco principal é apresentar dados que deem um panorama sobre as comunidades indígenas, evidenciando a riqueza e a pluralidade cultural que os povos tradicionais carregam.

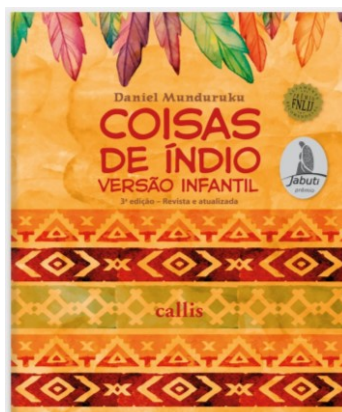


Figura 9 Capa do livro Coisa de Índio - Versão Infantil

Fonte: Editora Callis

O livro está dividido em vinte e um capítulos. Assim, Munduruku opta por iniciar o livro com um recado, de maneira didática e objetiva reflete sobre o termo “índio”, como a palavra, cunhada pelos invasores, carrega consigo tantos estigmas que atingem diretamente as populações que não conseguem esconder seus traços, a partir de sua própria experiência em ser chamado de “índio” e não querer ser associado a um indivíduo “preguiçoso, traiçoeiro, canibal”. É através desta percepção que o autor, busca cumprir a promessa feita ao seu avô, escreve um livro que ajude as crianças, jovens e adultos a conhecer e compreender os diferentes modos de viver, de se relacionar e interagir com os elementos que nos cercam. Para o indígena “só respeita o outro quem conhece o outro” (p.7).

No próximo capítulo “Povos Indígenas”, é levantada uma abordagem mais qualitativa, oferecendo um panorama numérico sobre quantas pessoas se identificam como indígenas no Brasil, assim como, quantas destas vivem em zonas urbanas ou rurais, além de pontuar a existência de grupos que ainda vivem isolados.

Para ajudar o leitor a visualizar a distribuição geográfica, o livro inclui um mapa que indica como os povos estão distribuídos por toda a extensão do território brasileiro:



Figura 10 Mapa da distribuição dos povos indígenas

Fonte: ilustração Ionit Zilberman. (2019)

A partir deste ponto, inicia-se uma série de capítulos que focam em temas centrais da vida e da cultura indígena, com temas como: aldeia, alimentação, arte, casa, casamento, liderança, infância, educação, direitos indígenas, economia, história, instrumentos musicais, jogos, língua dos povos indígenas, medicina, morte, música e dança, ritos de passagem, terra, conhecimento da natureza e por fim, um capítulo para debater sobre a questão do trabalho.

Isso permite que o leitor entre em contato com aspectos variados e essenciais do cotidiano dos povos tradicionais, que normalmente não temos acesso nos livros didáticos.

3.1.1 - A construção do livro

O livro foi construído com o intuito de ser um panorama sobre as comunidades indígenas. Nesse sentido, percebemos que a obra é organizada em capítulos que permitem que os leitores tenham um contato direto com informações e visões que elucidam a diversidade cultural dos povos tradicionais. Ademais, atua como guia de consulta para iniciar pesquisas, podendo ser um recurso pedagógico muito valioso para ser usado em sala de aula.

Destinado a crianças e jovens, o livro apresenta uma linguagem acessível aliada aos recursos visuais, como desenhos e ilustrações, colaborando assim, para incentivar a compreensão da leitura.

Coisa de Índio - Versão Infantil, por ser organizada em formato de tópicos, permite que o autor esmiuça individualmente cada tema, que ao final, proporciona uma visão mais abrangente e detalhada do modo indígena de ser. Ao dividir o livro em temas específicos, como arte, economia, jogos, línguas, alimentação, entre outros, possibilita que o leitor tenha autonomia de interagir com o livro de diferentes formas, seja começando a leitura por um tema que tenha mais curiosidade ou interesse, seja quando precisar fazer uma pesquisa.

Para além da leitura como entretenimento, o livro também é passível de tornar-se uma ótima ferramenta como recurso pedagógico, permitindo que professores abordem os temas individualmente e a partir deles se aprofundem em cada elemento da cultura indígena.

Com relação ao aspecto visual do livro, *Coisa de Índio*, não foi ilustrada por um único artista. As ilustrações, embora poucas, foram inseridas para representar aspectos essenciais do cotidiano indígena, como as casas, a alimentação, a arte e os instrumentos musicais. É interessante pontuar que as ilustrações feitas para o capítulo “Casa”, nas páginas 22, 23 e 24, foram desenhadas pelo próprio Daniel Munduruku. Assim como, as ilustrações da página 17, 39 e 40, foram feitas pelo escritor e ilustrador Yaguaré Yamã, do povo Saterê Mawé, representando a casa de farinha, no capítulo “Alimentação” e os instrumentos musicais. Por fim, as ilustrações das páginas 18 e 19 foram retiradas do livro *Unter Indianer Brasiliense: Sammlung Spix und Martius, 1817-1820*. Esses detalhes visuais são ferramentas muito importantes, principalmente quando trabalhado com o público infantojuvenil, algo que contribui para elucidar e fixar no imaginário os elementos das culturas dos povos originários. Já a diagramação e o projeto gráfico foi elaborado por Thiago Nieri, responsável por inserir elementos visuais ao *layout* de forma que contribuísse para experiência estética da obra

Segue as imagens que foram citadas:

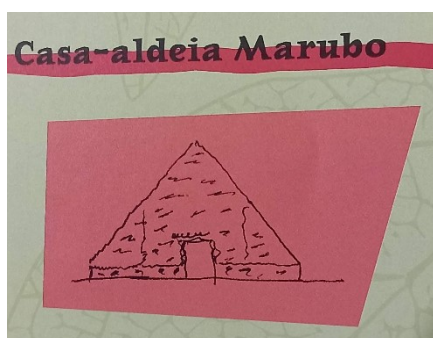


Figura 11 Casa Marubo



Figura 12 Casa Karajá



Figura 13 Chocalho



Figura 14 Casa de farinha

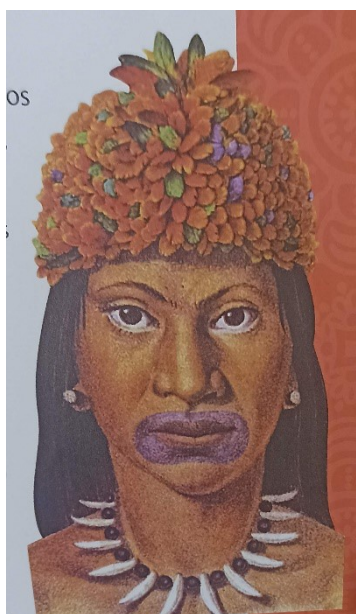


Figura 15 Indígena do povo Saterê Mawé

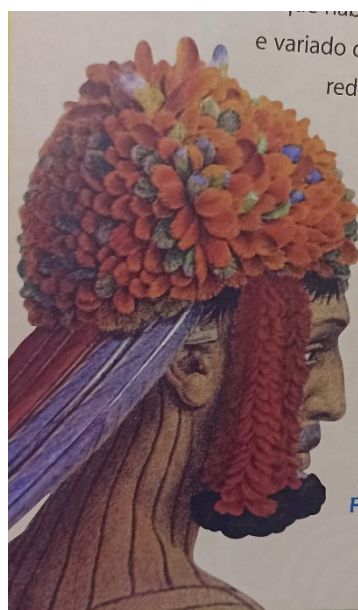


Figura 16 Indígena do povo Mundurucu

3.2 - Livro “Um dia na aldeia: Uma história Munduruku”

Um Dia na Aldeia: Uma história munduruku, de Daniel Munduruku, é uma obra que busca evidenciar o cotidiano de uma aldeia indígena, especificamente, uma aldeia do povo munduruku, proporcionando ao leitor uma perspectiva mais intimista e autêntica da realidade

vivida por eles. Cabe salientar que, na contracapa, traz a informação que o autor, Daniel Munduruku teve uma infância similar com a história contada no livro.

Publicado em 2012 pela Editora Melhoramentos, ilustrado pelo Mauricio Negro, a obra é direcionada para o público juvenil e através de uma narrativa leve e envolvente acompanhamos o pequeno Manhuari em um típico dia, em que, pelo olhar de uma criança, temos acesso para além do cotidiano da aldeia, mas também como os povos indígenas se relacionam com a natureza e entre si.

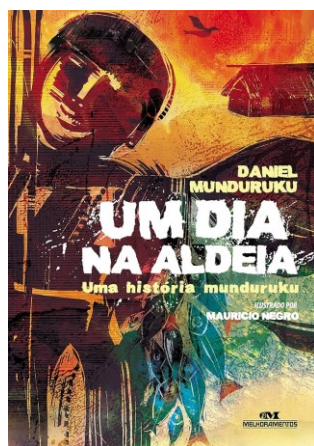


Figura 17 Capa do livro Um Dia na Aldeia – Um história munduruku

Fonte: Editora Melhoramentos

Na capa do livro, nota-se a ilustração de Mauricio Negro, a qual é possível visualizar na penumbra a silhueta de um menino indígena segurando alguns peixes na mão, ao lado de uma canoa e o horizonte próximo a sua oca. As cores predominantes são vibrantes, amarelo e laranja com um pouco de verde, sinônimo de paz e alegria reinante no longínquo Estado do Pará, cuja aldeia Munduruku faz sua morada, gozando da exuberância da floresta amazônica, com seus rios, mananciais, animais e sobretudo, seu povo ancestral, tradicional, rico em sabedoria e costumes.

No livro, começamos acompanhando o pequeno Manhuari que vive em uma aldeia Munduruku, através dessa narrativa somos apresentados a um típico dia, em que o menino acorda cedo, se prepara para sair com seus amigos com o intuito de acompanhar as mulheres e meninas da aldeia em suas tarefas na roça.

No decorrer do dia, o protagonista é exposto a vivências culturais que permeiam a tradição Munduruku, como por exemplo, os rituais matinais de acordar cedo para acompanhar o crepúsculo e tomar o primeiro banho de rio, as brincadeiras entre os meninos como caçar,

usar arco e flecha, que servem de treino para o futuro e assistir as mulheres e homens em seus afazeres da labuta diária.

Logo pela manhã, meninos e meninas saem para acompanhar suas mães (*ixis*) e mulheres mais velhas no trabalho da roça (*kū*), em que cada grupo possui tarefas distintas, enquanto os meninos ficam responsáveis por arrancar do chão as mandiocas (*musuktá*), e colocá-las nos cestos (*ictius*), buscar lenha no mato e carregar água para envasar as bilhas. As meninas ocupam-se em coletar sementes e frutas. Depois de cumprir suas tarefas, os meninos vão para a floresta brincar de caça e caçador, onde um dos meninos personifica-se em onça (*jakora*) e os outros formam o grupo de caçadores. Ao retornarem para a aldeia, as mulheres repartem com a comunidade todos os produtos que foram colhidos ou produzidos naquele dia, como frutas, sementes, farinha de mandioca (*musuktá*), farinha de tapioca e beijus. Além disso, refrescam-se com um banho de rio para esperar a chegada dos homens que traziam consigo a caça. Seguindo a tradição Munduruku, cada caçador só pode caçar o que for suficiente para sua família, ou seja, o que pode carregar. Por fim, ao anoitecer, todos se reúnem para a refeição, em que saboreiam a carne de anta (*bio*) e ouvem histórias sobre a origem do mundo, contada pelo velho avô.

Ao acompanhar o protagonista jovem que está iniciando suas vivências, o leitor tem a oportunidade de conhecer a cultura indígena através do olhar de alguém que faz muitas perguntas, buscando entender o significado das tradições. Por exemplo, quando Manhuari pergunta à sua mãe, na página 9, qual é o significado do ritual de tomar banho todas as manhãs, ela responde: “É assim mesmo, filho. Quando você crescer, vai entender: o banho matinal é para tirar da gente as coisas ruins que a noite pode trazer.”

Através das brincadeiras com outras crianças, escutar estórias dos mais velhos e ao observar as atividades da aldeia o protagonista assimila as tradições e seu aprendizado aproxima o leitor do contexto social da aldeia.

A relação com a natureza permeia toda a estória, uma vez que, ela é mais do que um mero cenário onde o conto se insere; ela é parte viva, que se faz presente, principalmente, durante a ida dos personagens para a roça. O povo Munduruku nomeia os seres da natureza como *baripnia*, que, de acordo com o glossário, significa 'parente' e pode ser usado para pessoas ou seres da natureza. Deste modo, a relação com a natureza é mais profunda, de imenso respeito. Por exemplo, na página 13, é citado o ritual de maioridade pelo qual as meninas devem passar, quando as mulheres mais velhas lhes ensinam sobre as magias da floresta para que aprendam a conversar com os espíritos da floresta.

3.2.1 - A construção do livro

A obra *Um Dia na Aldeia: Uma história munduruku*, é narrada em terceira pessoa e está dividida em capítulos os quais acompanham um jovem menino e seus amigos em um típico dia em sua aldeia. Através de uma linguagem leve e acessível, o autor Daniel Munduruku, captura detalhes do cotidiano, permitindo que o leitor entre em contato direto com vivências em que as crianças Munduruku estão aprendendo e assimilando saberes e tradições essenciais para a cultura indígena.

As ilustrações de Mauricio Negro trazem uma paleta de cores vivas e fortes, e os elementos gráficos possuem um estilo mais abstrato, nos quais os personagens e ambientes se mesclam. Essa escolha visual oferece uma experiência mais imersiva ao leitor, incentivando-o a refletir sobre a ilustração, em vez de recorrer a uma representação literal, mais comum como podemos ver a seguir:



Figura 18 Ilustração Mauricio Negro (2012)

No decorrer da história, o autor insere palavras de origem Munduruku⁷, que aparecem destacadas em itálico e com uma tonalidade diferente do corpo do texto. Essas palavras, além de serem simbólicas, têm relação direta com o cotidiano dos povos tradicionais, como *bekitkit*⁸ (criança), *bio* (anta), *cabitutu* (córrego), *ixi* (mãe), *jakora* (onça), *kü* (roça), *uk'a* (casa), entre outras. Tal escolha aproxima ainda mais o leitor do universo indígena, proporcionando uma experiência de leitura bilíngue, embora os termos não sejam difíceis de interpretar pelo

⁷ A língua Munduruku aparece ao tronco linguístico tupi e é falado pelo povo indígena Munduruku, que totalizam 13.000 pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2010.

⁸ Optei por trazer as palavras em munduruku entre parenteses para corroborar com o objetivo do autor de incorporar elas a história.

contexto, Daniel Munduruku disponibiliza a tradução ao final do livro, na forma de glossário⁹. Vejamos alguns trechos em que as palavras aparecem:

“Manhuari se espreguiçou, mas continuou deitado na *uru*. Olhou para o lado e viu que sua *ixi* já estava de pé no lado de fora da *uk'a*. Sabia que ela preparava a primeira refeição do dia, normalmente composta de mingau de *akobá*, *musuktá* e *wixik'a*.” (MUNDURUKU, 2012, p. 9)

“A *ixi* de Manhuari contou sobre o susto que haviam dado nas *bekitkits*. Todos riram muito, inclusive Manhuari. O pai falou sobre a caçada e sobre os perigos que passaram à caça da *bio*.” (MUNDURUKU, 2012, p.23)

Ao final do livro, o autor dedica uma seção para apresentar informações sobre a etnia Munduruku, compartilhando brevemente a história, o contato com os brancos e a situação atual. Destaca-se que o povo Munduruku permanece guerreiro e corajoso, defendendo seu território e lutando por seus direitos, como o acesso à educação, saúde, e o direito de continuar existindo à sua maneira.

3.3 - Livros em sala de aula

Para finalizar o capítulo, pretendo refletir sobre a importância de nós, como docentes, usarmos materiais e livros produzidos por escritores indígenas. O protagonismo de vozes marginalizadas oferece a oportunidade de serem ouvidos, lidos e reivindicarem participação em locais historicamente moldados para excluir determinadas narrativas, como foi o processo de construção dos currículos escolares. Portanto, ao inserir obras como *Coisa de Índio* e *Um dia na aldeia*, é possível criar um ambiente para desenvolver o diálogo, respeito e senso crítico de crianças e jovens.

Nos âmbitos escolares, é comum apenas abordarem as questões raciais nos dias 19 de abril e 20 de novembro, que são, respectivamente, o Dia dos Povos Indígenas e Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. O que torna o debate reduzido, como se só pudessemos discutir esses temas em determinadas datas.

Assim, quando usamos a literatura infantil de autoria indígena ao longo do ano como uma ferramenta pedagógica, abrimos caminho para explorarmos com mais profundidade elementos essenciais da cultura e das sociedades tradicionais que desmistificam estereótipos, caricaturas e preconceitos arraigados no senso comum. Um olhar autobiográfico auxilia na criação de representações mais reais sobre as realidades que não a que o leitor está inserido.

⁹ O glossário foi inserido nos anexos desta monografia.

Para Janice Thiél, “a circulação de textos produzidos pelos índios [sic] na escola constitui a primeira etapa de promoção da diversidade de seus conhecimentos e escrituras.” (DAVIL, 2020, p. 505, apud THIÉL, 2012, p,98).

Ademais, os desafios e obstáculos para a implementação dessas obras são numerosos. Embora existam projetos como o PNBE Indígena, eles não abrangem toda a comunidade escolar. Além disso, os professores enfrentam dificuldades para acessar os livros, estudá-los e disponibilizá-los para suas turmas quando forem utilizá-los. Também existe uma falta de investimento para formação continuada do docente, que corrobora com o distanciamento do tema em sala de aula.

Para que as atividades e os livros sejam aceitos pelos alunos, o papel do professor é fundamental, pois atualmente, vivemos imersos em tecnologias e os livros acabam sendo menos desejados pelos jovens. Coelho afirma que “aquilo que não divertir, emocionar ou interessar o pequeno leitor, não poderá também transmitir-lhe nenhuma experiência duradoura ou fecunda” (2000, p.164). Deste modo, não só os livros e materiais tem que ser interessante, mas as condições de trabalho do professor e da escola têm que estar suprindo as necessidades básicas, tais como, condições adequadas de infraestrutura e suporte pedagógico e psicológico. A valorização do trabalho docente anda junto com o investimento em uma educação de qualidade para que o resultado seja maior adesão e empenho dos discentes.

Paulo Freire, filósofo e educador, sempre deixou claro seu posicionamento em relação à importância da educação. Para o pensador, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (2000, p.31). Assim, o ensino é muito mais que um processo de transmissão de conhecimentos, é um ato de transformação e libertação, em que, em conjunto, alunos e professores aprendem e desenvolvem o senso crítico da realidade ao perceberem as injustiças sociais, políticas e econômicas. Ele defende que a educação deve capacitar os oprimidos a entenderem sua própria realidade e a agirem sobre ela, tornando-se sujeitos ativos na construção de uma sociedade mais justa. Portanto, possibilitar que os alunos tenham contato com diferentes realidades ajuda na construção de uma pedagogia engajada e decolonial.

Considerações finais

Após todo o percurso trilhado por esse trabalho, fica evidente o papel central da literatura na formação de cidadãos críticos. A pesquisa buscou investigar como as obras *Coisa de Índio - Versão Infantil* e *Um Dia na Aldeia: uma história munduruku*, do escritor Daniel Munduruku, quando usada como uma ferramenta pedagógica, promovem diversas contribuições para os povos indígenas e não indígenas, tais como, a valorização das tradições, saberes, memórias e filosofias indígenas, viabilização do diálogo, aproxima-os de realidades diferentes e estimula a reflexão e o questionamento de velhos preconceitos e estigmas presentes no senso comum.

Desde o início, a pesquisa foi guiada pelo objetivo de compreender a importância da representatividade indígena na literatura infanto-juvenil e os impactos de sua aplicação em ambientes escolares, principalmente no que tange à promoção de uma educação decolonial e inclusiva.

No decorrer da análise, constatou-se que os livros selecionados de Munduruku conseguem dialogar e aproximar os jovens leitores de realidades e representações autênticas sobre o cotidiano, os saberes e as tradições dos povos originários. Permitindo que eles tenham acesso a fontes confiáveis de informação. Além de inserir reflexões de maneira didática e objetiva, sobre termos que escutamos com frequência, como ‘índio’ e ‘tribo’. Tais narrativas atuam desmistificando e combatendo diretamente representações caricatas que foram inventadas no período colonial e ao longo dos anos, consolidaram-se através de teorias racistas para justificar a escravização e domesticação dos povos indígenas e afrodescendentes.

Apesar das tentativas de silenciamento e apagamento dos povos tradicionais, eles resistiram e continuam a lutar ativamente para reivindicar sua voz no cenário público. Uma expressão dessa resistência é a produção literária, cada vez mais organizada e expressiva, de livros escritos e ilustrados por indígenas, nos quais constroem um espaço para contar suas narrativas, memórias e saberes, fazendo-se ouvir. Sendo protagonistas e questionando velhas histórias, eles avançaram na conquista de seus direitos.

Por fim, essa pesquisa não visa esgotar o tema, sobretudo é possível afirmar que a inserção da literatura indígena no ensino representa não apenas um passo em direção a uma educação mais inclusiva e plural, mas, permite que crianças e jovens tenham acesso a uma educação em que questionem a estrutura social na qual vivemos, se tornando sujeitos críticos, capazes de romperem com perspectivas coloniais sobre a história, cultura e identidade, sendo

sujeitos ativos que refletem e agem sob a realidade que nos oprime, buscando construir uma sociedade mais consciente e respeitosa.

Referências

- ABREU, Ângela Maria Teixeira de. *Literatura infantil: leitura e prazer no contexto da biblioteca pública*. 2005. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Treinamento e Desenvolvimento, Especialização em Leitura e Formação do Leitor, Fortaleza (CE), 2005.
- ARIÈS, Philippe. História Social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AGUIAR, Daniele Rosa Oliveira de. *Contar Histórias indígenas e formar leitores: uma leitura de “Histórias de índio”, de Daniel Munduruku e “Apenas um curumim”, de Werner Zotz*. Rio de Janeiro, 2022.
- AMOROSO, Marta Rosa; SÀEZ, Oscar Calavia. Filhos do Norte: O indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1. e 2. graus*. 4. ed. São Paulo: Global, 2004.
- BRITTO, T. C. de; SOUSA FILHO, S. M. de; CÂNDIDO, G. V. O avesso do direito à literatura: por uma definição de literatura indígena. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 53, p. 177–197, jan. 2018.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: Teoria, Análise e Didática*. São Paulo: Editora Moderna, 2000.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura & Linguagem*. 3ª Ed. São Paulo: Quíron, 1980.
- DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando; DORRICO, Julie. Educação, memória e resistência na literatura indígena brasileira contemporânea. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 229-251, set./dez. 2021.
- DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.). *Literatura Indígena brasileira contemporânea: Criação, Crítica e Recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.
- DORRICO, Julie. Literatura indígena e seus intelectuais no Brasil. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 11, n. 3, 2017.
- FERNANDES, Acsa Oliveira; ALVES, Lídia Maria Nazaré; DE AZEVEDO, Ivete Monteiro. A retórica do colonizador nas obras “Iracema”, de José de Alencar, e “Macunaíma”, de Mário de Andrade. *Anais do Seminário Científico do UNIFACIG*, n. 2, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GRAÚNA, Graça. Literatura Indígena: desconstruindo estereótipos, repensando preconceitos. www.dhnet.org.br/direito/militantes.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Literatura Infantil Brasileira: História e História*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial, 1808-1889: panorama da história do Brasil no século XIX*. Eduem, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTEIRO, John Manuel. As raças indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MONTEIRO, John Manuel. Tupis, Tapuias e historiadores: Estudo de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre Docência, Campinas, agosto, 2001.

MORAIS, Wagner Mônantha Sousa. Literatura Infantojuvenil Indígena: Reflexões acerca dos Desafios e Possibilidades de Ascensão do Letramento Literário sob a Óptica do Diálogo Intercultural. In: *ANAIAS PRINCIPAIS DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU)*, 29., 2021, Cuiabá. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 664-677. ISSN 2447-8776.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

MURARI, Luciana. A mestiçagem da alma: literatura, crítica e ciência na construção do discurso racial no Brasil pós-1870. *Itinerários (UNESP. Araraquara)*, Araraquara, v. 22, p. 175-190, 2006.

NASCIMENTO DE SOUZA, Loide. A fábula no caminho da literatura infantil. *Revista da Anpoll*, [S. l.], v. 1, n. 23, 2007. DOI: 10.18309/anp.v1i23.110. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/110>.

RANGEL, Ingrid Ribeiro da Gama; SENDRA, Arlete Parrilha. *Chapeuzinho Vermelho: de Perrault ao ciberespaço*. ESSENTIA EDITORA IFFLUMINENSE, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A Civilização e a raça como destino. *HispanismeS. Revue de la Société des Hispanistes Français*, n. 23, 2024.

SILVA, Cintia Cardoso da. *A importância da literatura infantil indígena em sala de aula: construindo uma educação decolonial*. Especialização em Língua Portuguesa – UFMG. Belo Horizonte, 2023.

SMITH, L. T. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil na escola*. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

BORGES, Valdeci Rezende. José de Alencar e Iracema: a linguagem dos índios e a literária. *XXXII Convegno Internazionale di Americanistica* – Perugia 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 maggio 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>.

Obras literárias:

ALENCAR, José Martiniano de. *Iracema*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MUNDURUKU, Daniel. *Coisa de Índio*. Versão infantil. São Paulo: Callis, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. *Um Dia na Aldeia*. São Paulo: Callis, 2013.

Imagens:

Daniel Munduruku e autores contam histórias indígenas no Sesc. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/historias-indigenas-no-sesc/>>

Anexos

akobá:	banana
baripnia:	parente (usado para pessoas e seres da floresta)
bekitkit:	crianças
bio:	anta
borduna:	pedaço de madeira usado como arma
cabitutu:	igarapé (córrego)
casa de farinha:	local onde a mandioca é processada e transformada em farinha para consumo diário. Ela é composta por um grande forno onde a farinha é torrada.
ictiu:	cesto
ixi:	mãe
jexeyxey:	sonho
jakora:	onça
kaxi:	Sol
kabido:	vento
kasopta:	estrela
kü:	roça
musuktá:	mandioca
oboré:	amigo
pariwat:	não indígena
uk'a:	casa
uru:	rede
wixik'a:	batata-doce